principal sistema global e independente de divulgação ambiental, com desempenho de destaque na avaliação de 2025: A- em Florestas, posicionando-a entre as líderes globais em conservação e gestão de riscos associados ao desmatamento; A- em Segurança Hídrica, refletindo o alto nível de governança e eficiência na gestão de recursos hídricos; e B em Mudanças Climáticas, evidenciando progresso consistente na mitigação de impactos e na gestão de emissões de gases de efeito estufa. **Conflito geopolítico:** Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e continua envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação advindas de certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, na avaliação da Administração da Companhia, não impactaram as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025.

2. Aquisições de participações em empresas (Combinação de negócios)

Aquisição de Ativos na América do Sul: Em 28 de agosto de 2023, a Companhia firmou o contrato de compra de ações e outras avenças com a Marfrig Global Foods S.A. para a aquisição das operações de suas unidades de abate e desossa na América do Sul. A aprovação da aquisição junto ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) ocorreu no dia 28 de outubro de 2024 e, após a conclusão da "Due Diligence" firmou o contrato de "Compra e Venda de Ações", passando a Companhia a deter o controle das seguintes empresas a partir daquela data: Fortunceres S.A (tendo como investimento direto a empresa Mercobeef S.A na Argentina) e, Frigorifico Patagonia S.A. O valor inicial do negócio foi acordado entre a Companhia (compradora) e a Marfrig Global Foods S.A (vendedora) no montante de R$7.500.000 (sete bilhões e quinhentos milhões de reais) tendo sido concretizada, até o presentemente momento, a aquisição das operações do Brasil, Chile e Argentina pelo valor total R$ 7.180.602 (sete bilhões, cento e oitenta milhões e seiscentos e dois mil reais). A diferença entre o montante acordado e o efetivamente pago, refere a aquisição das plantas no Uruguai, as quais a Companhia foi notificada pela autoridade regulatória concorrencial uruguaia (Coprodec), informando a decisão denegatória acerca da aquisição, conforme fato relevante circulado pela Companhia em 25 de setembro de 2025. Com isso a Companhia não seguirá o cronograma de pagamentos previsto no contrato de compra e venda e outras avenças entre a Companhia e a vendedora referente às unidades naquele país. A compra seguiu o seguinte cronograma financeiro de pagamentos: • **1ª Parcela** - À vista - R$ 1.500.000 (um bilhão e quinhentos milhões de reais): valor liquidado no ato da assinatura do contrato de compra e venda das referidas empresas, ocorrida no dia 28 de agosto de 2023; • **2ª Parcela** - À Vista - R$ 5.680.602 (Cinco bilhões, seiscentos e oitenta milhões e seiscentos e dois mil reais) milhões, pago no dia 28 de outubro de 2024, data da aprovação da operação junto ao CADE. A Fortunceres S.A. (consolidado com Mercobeef S.A.) possui uma capacidade de abate e desossa diário de 10.849 cabeças. O Frigorifico Patagonia S.A., possui uma capacidade de abate e desossa de cordeiros diária de 6.500 cabeças. A seguir apresentamos as contas patrimoniais combinadas das empresas Fortunceres S.A. e Mercobeef S.A. e na sequência do Frigorifico Patagonia S.A., ativas e passivas em que foram impactadas pelo efeito de mensuração ao valor justo (*fair value*) em 28 de outubro de 2024:

Fortunceres S.A. (consolidado com Mercobeef S.A.):

	Contábil	AVJ	Parcela não alocada (Goodwill)	Total
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4.628	–	–	**4.628**
Estoque	1.201	–	–	**1.201**
Impostos a recuperar	11.097	–	–	**11.097**
Adiantamentos a fornecedores	8.874	–	–	**8.874**
Ativo não circulante				
Imobilizado líquido	2.535.997	(772.686)	–	**1.763.311**
Intangível	–	411.754	4.861.222	**5.272.976**
Total do ativo	**2.561.797**	**(360.932)**	**4.861.222**	**7.062.087**
Ativos líquidos	**2.561.797**	**(360.932)**	**4.861.222**	**7.062.087**

A seguir apresentamos aos ativos líquidos, ágio, menos valia e licenças de exportação gerados pela aquisição, em 28 de outubro de 2024:

	Valor
(-) Ativos Líquidos	**2.561.797**
Menos valia de Imobilizado	(772.686)
Licenças de Exportação	411.754
Goodwill	4.861.222
Total	**7.062.087**

A seguir apresentamos a contraprestação paga pela aquisição:

	Valor Justo
Valor pago pela aquisição	7.062.087
(-) Caixa	(4.628)
Contraprestação Total	**7.057.459**

Frigorifico Patagonia S.A.:

	Contábil	AVJ	Parcela não alocada (Goodwill)	Total
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	11.571	–	–	**11.571**
Contas a receber	412	–	–	**412**
Estoques	8.162	–	–	**8.162**
Tributos a recuperar	28.809	–	–	**28.809**
Ativo não circulante				
Imobilizado líquido	5.954	42.437	–	**48.391**
Intangível	–	23.669	884	**24.553**
Passivo circulante				
Fornecedores	1.377	–	–	**1.377**
Obrigações trabalhistas e tributárias	2.006	–	–	2.006
Ativos Líquidos	**51.525**	**23.669**	**43.321**	**118.515**

A seguir apresentamos os ativos líquidos, ágio, licença de exportação, marcas e menos valia gerado pela aquisição, em 28 de outubro de 2024:

	Valor
(-) Ativos Líquidos	**51.525**
Mais Valia de Imobilizado	42.437
Marcas	17.054
Licenças de exportação	6.615
Goodwill	884
Total	**118.515**

A seguir apresentamos a contraprestação paga pela aquisição:

	Valor Justo
Valor pago pela aquisição	118.515
(-) Caixa	(11.571)
Contraprestação total	**106.944**

Os valores justos foram obtidos por meio de técnicas de mensuração de valor justo elaboradas por empresa especializada independente contratada para suportar a conclusão da Administração, tendo como resultado o ajuste a valor justo (AVJ) do ativo imobilizado total combinado considerando Fortunceres S.A. (Consolidado com Mercobeef S.A.) e Frigorifico Patagonia S.A. no montante de R$ 1.736.548, avaliadas pelo método de custo de reposição, bem como de intangíveis no montante total de R$ 435.423, o valor desse ativo foi mensurado pela diferença de fluxo de caixa. Essa combinação de negócios resultou em um ágio, tendo em vista que o valor justo dos ativos adquiridos e os passivos assumidos foram inferiores ao total do valor justo da contraprestação paga. A receita operacional líquida incluída na demonstração de resultados consolidada, entre 28 de outubro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, inclui o valor de receitas líquidas geradas pela Fortunceres S.A. (consolidado com Mercobeef S.A.) no montante de R$ 714.859 e não houve receita líquida para o exercício no Frigorifico Patagonia S.A; bem como prejuízo do exercício no montante de (R$ 62.845), gerado pela Fortunceres S.A. e prejuízo do exercício de (R$ 2.749) gerado pelo Frigorifico Patagonia S.A. no exercício citado.

3. Base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Declaração de conformidade: As Demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas estão sendo apresentadas conforme Orientação Técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela Legislação Societária Brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas, em conformidade com o CPC 09 - Demonstração do valor adicionado. As normas IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas normas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que também é a moeda funcional da Companhia. As políticas contábeis materiais adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas contábeis foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária. As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de março de 2026.

4. Resumo das políticas contábeis materiais

a) Base de mensuração: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações reconhecidas e pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros e ativos biológicos, os quais são mensurados pelo valor justo. **b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da controladora. Todas As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, exceto quando disposto o contrário. **c) Operações no exterior:** As empresas controladas diretas e indiretas no exterior adotaram as seguintes moedas funcionais para as demonstrações contábeis consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2025: • **Moeda Dólar norte americano (US$)** - Athena Foods S.A., Frigomerc S.A., Pulsa S.A., Frigorífico Carrasco S.A., Minerva Overseas I, Minerva Overseas II, Minerva Meat USA, Minerva USA LLC, Minerva Venture Capital Fundo de Investimento em Participações Multiestrategicas - Investimento no Exterior, MF92 Venture LLC, Minerva Luxembourg, Athn Foods Holdings S.A., Breeders and Packers Uruguay S.A. e Mercobeef S.A.; • **Moeda Libra esterlina (GBP)** - Minerva Europe Ltd.; • **Moeda Peso/chileno** - Minerva Foods Chile SpA e Patagonia Trading SpA. e Frigorifico Patagonia S.A.; • **Moeda Peso/colombiano** - Minerva Colombia S.A.S, Red Cárnica S.A.S e Red Industrial Colombiana S.A.S; • **Moeda Dólar australiano** - Minerva Austrália Holdings PTY Ltd.; Minerva Asia Foods PTY Ltd.; Minerva Australia PTY Ltd.; • **Moeda Peso/ argentino** - Pul Argentina S.A.; • **Moeda Dólar Singapura:** Fortuna Foods PTE. LTD.; • **Moeda Dirham Emirados Árabes:** Minerva Foods FZE e Minerva Foods FZE DMCC. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas, quando aplicável, estão adaptadas às práticas contábeis adotadas no Brasil e estão convertidas para Reais - R$ por meio dos seguintes procedimentos: • Os ativos e passivos monetários são convertidos utilizando a taxa de fechamento da respectiva moeda para o Real - R$, na data dos respectivos balanços patrimoniais; • No último balanço patrimonial levantado correspondente ao Patrimônio Líquido (PL) convertido à taxa do câmbio histórica vigente naquela época e as mutações do PL do exercício corrente são convertidas pelas taxas de câmbio históricas das datas em que ocorreram as transações, notando que o lucro ou prejuízo auferido é convertido e acumulado a uma taxa de câmbio média mensal histórica como indicado no tópico seguinte; • As receitas, custos e despesas do exercício corrente são convertidas e acumuladas a uma taxa de câmbio média mensal histórica; • As variações dos saldos de câmbio decorrentes dos itens precedentes citados acima são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, na Rubrica "Outros resultados abrangentes". Estão eliminados os saldos de investimentos, de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações efetuadas entre as Empresas do "Grupo Minerva" que compõem as demonstrações contábeis consolidadas. **d) Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações e saldos em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional estabelecida, são convertidas pela taxa de câmbio histórica das datas de cada transação, conforme determinado pelo CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de informações contábeis. Os ativos e passivos sujeitos à variação cambial estão atualizados pelas taxas das respectivas moedas vigentes no último dia útil de cada exercício apresentado. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de "outros resultados abrangentes" e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, total ou parcialmente. Os itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **e) Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC, exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisitadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas e julgamentos materiais são: Análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas de crédito esperada; Imposto de renda e contribuição social diferidos; Revisão da vida útil econômica do ativo imobilizado; Análise da recuperabilidade de ativos tangíveis e intangíveis; Ajuste a valor justo dos ativos biológicos; Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis; e Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros. **f) Base de consolidação: Combinações de negócio: Aquisições efetuadas a partir 1o de janeiro de 2009:** Para aquisições efetuadas a partir de 1o de janeiro de 2009, a Companhia mensurou o ágio como sendo o valor justo da contraprestação transferida, incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na Empresa adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido dos ativos identificáveis e passivos assumidos a valor justo, todos mensurados na data de aquisição. Para cada combinação de negócios a Companhia define se irá mensurar a participação não-controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional da participação não-controladora sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição. Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia e suas controladas incorrem com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidas como despesas à medida que são incorridos. **Controladas e controladas em conjunto:** As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações entre as empresas do "Grupo", e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com empresas investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas entidades investidas. Prejuízos não realizados não são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **g) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário e aplicações financeiras de liquidez imediata. Vide Nota Explicativa nº 5 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Companhia e suas controladas. **h) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas estão registrados de acordo com o pronunciamento contábil adotado a partir de 1o de janeiro de 2018, o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, no qual todos os ativos e passivos estão registrados conforme a respectiva prática. **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: ativos mensurados ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado, ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pela Companhia e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro. **Reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica no reconhecimento inicial seus ativos financeiros em três categorias: **i)** Ativos mensurados ao custo de amortização; **ii)** Valor justo por meio do resultado; ou **iii)** Valor justo por meio de outros resultados abrangentes. • **Custo amortizado:** os ativos mensurados ao custo amortizado devem ser mensurados se ambas as condições forem atendidas: **i)** os ativos financeiros forem mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxo de caixa contratuais; e **ii)** os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia reconhecerá suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* diretamente no resultado. • **Valor justo por meio do resultado:** os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado apenas caso não se enquadre como ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia deverá reconhecer suas receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment juntamente com outros resultados líquidos diretamente no resultado; • **Valor justo por meio do resultado abrangente:** os ativos financeiros devem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente apenas quando as seguintes condições forem atendidas: **i)** o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócio cujo objetivo seja atingido pelo recebimento de fluxo de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificas a juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados em duas categorias: **i)** instrumentos de dívida: rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "Outros resultados abrangentes". Na renúncia do reconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado; ou ii) instrumentos patrimoniais são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da Companhia, em "outros resultados abrangentes" e nunca são reclassificados para o resultado. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. • **Desreconhecimento de ativos financeiros:** os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Se a entidade deter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, ela deve continuar a reconhecer o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: passivos financeiros ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado. A Administração determina a classificação de seus passivos financeiros no reconhecimento inicial. • **Passivo financeiro ao custo amortizado:** a Companhia deverá classificar todos os seus passivos financeiros como custo amortizado exceto passivos financeiros classificado ao valor justo por meio do resultado, derivativos passivos e contratos de garantia. Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, debêntures e fornecedores; • **Passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado:** os passivos financeiros classificados na categoria valor justo por meio do resultado, são passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* efetivo. Os ganhos e perdas referente aos passivos financeiros classificados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado; e • **Desreconhecimento de passivos financeiros:** os passivos financeiros são baixados apenas quando ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. A Companhia também renuncia o reconhecimento de um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Instrumentos financeiros derivativos:** O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e as suas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações contábeis, tais como taxa de juros e cupom cambial ou índice de atualização monetário. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida. As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratados pela Companhia e suas controladas, resumem-se em contratos futuros de boi, opções sobre contratos de boi, compra a termo de moeda (*Non Deliverable Forward* - NDF) e SWAP, que visam exclusivamente minimizar os impactos da oscilação do preço da arroba bovina no resultado e a proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras. **Instrumentos financeiros e atividades de *hedge*:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que os contratos de derivativos são celebrados e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, sendo essas variações lançadas contra o resultado. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, não adotou por sua opção a política de contabilização pelo método do *hedge accounting*. Esse método de contabilização é opcional e, portanto, não é obrigatório. **i) Contas a receber de clientes:** São apresentadas aos valores presente e de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. São constituídas Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em montante considerado suficiente pela Administração com o monitoramento de créditos e duplicatas vencidas e de risco de não recebimento dos valores decorrentes de operações de vendas a prazo. **j) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, ajustados ao valor de mercado e pelas eventuais perdas, quando aplicável. Inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. **k) Ativos biológicos:** Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas no momento do reconhecimento inicial e no final de cada exercício. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado na rubrica de custo dos produtos vendidos. As atividades agrícolas, tais como, aumento de rebanho provenientes de operações de confinamento de gado ou de gado a pasto e de cultivos de agriculturas diversas estão sujeitas a determinação dos seus valores justos baseando-se no conceito de valor a mercado "*Mark to Market* - MtM". **l) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação realizada em data anterior à promulgação da Lei no 11.638/2007, vigente desde 1º de janeiro de 2008, desta forma, não se fazendo necessária à época a avaliação do custo atribuído (*Deemed Cost*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis estão sendo capitalizados desde 1º de janeiro de 2009. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento, são registrados como um direito de uso reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de arrendamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou prazo de arrendamento. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil líquido do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado. **Depreciação:** A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com base nas vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais próximo reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis médias estimadas pela Administração da Companhia, apoiada em estudos técnicos para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
Edifícios	3,63% a.a.	2,78% a.a.
Máquinas e equipamentos	9,67% a.a.	8,96% a.a.
Móveis e utensílios	11,08% a.a.	12,21% a.a.
Veículos	10,23% a.a.	8,35% a.a.
Hardware	18,01% a.a.	21,06% a.a.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são atualizados e revistos no mínimo a cada encerramento de exercício e, eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 e mencionado na Nota Explicativa no 21, será mantido até sua completa amortização, por depreciação integral ou alienação dos bens. **m) Arrendamentos:** Os contratos são considerados como arrendamentos quando atenderem cumulativamente as condições a seguir: • Um ativo identificável especificado explicitamente ou implicitamente. Neste caso, o fornecedor não tem a prática de substituir o ativo, ou a substituição não traria nenhum benefício econômico para o fornecedor; • O direito de controle do uso do ativo durante o contrato. Neste caso, a Sociedade deve ter autoridade para tomada de decisões sobre o uso do ativo e capacidade de obter substancialmente todos os benefícios econômicos pelo uso do ativo. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado antes do início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado à taxa de empréstimo incremental. O passivo de arrendamento é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. **n) Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém são submetidos a teste anual de redução a seu valor recuperável. **Ágio decorrente de aquisição de controladas:** O ágio representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes identificáveis de uma controlada, entidade controlada em conjunto, ou coligada, na respectiva data de aquisição. O ágio é registrado como ativo e incluído nas contas "Investimentos avaliados por equivalência patrimonial", na controladora, e "Ágio", no consolidado. **o) Redução ao valor recuperável de ativos ("*impairment test*"): Ativos financeiros:** A Companhia e suas controladas avaliam anualmente se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável quando houver indicação de perda de valor econômico do ativo. **Ativos não financeiros:** A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e verificando-se que o valor contábil líquido excede o valor recuperável, imediatamente é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo, ou de uma determinada Unidade Geradora de Caixa (UCG), é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado, definidos em um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura:** Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito no mínimo anualmente, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **Ativos intangíveis com vida útil indefinida:** Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável no mínimo anualmente, individualmente ou no nível da Unidade Geradora de Caixa (UCG), conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **p) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações monetárias ou cambiais incorridos e dos ajustes a valor presente. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **q) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados, quando relevante, ao seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Para o cálculo do ajuste a valor presente, a Companhia e suas controladas consideram o montante a ser descontado, as datas de realização e liquidação com base em taxas de desconto que refletem o custo do dinheiro no tempo para a Companhia e suas controladas, o que ficou em torno de uma taxa de desconto de 9,5% ao ano, apurada com base no custo médio ponderado de capital da Companhia e suas controladas, bem como os riscos específicos relacionados aos fluxos de caixa programados para os fluxos financeiros em questão. Os prazos de recebimentos e pagamentos de contas a receber e a pagar, advindos das atividades operacionais da Companhia e suas controladas são baixos, assim, resultam em um montante de desconto considerado irrelevante para registro e divulgação, pois o custo da geração da informação, supera o seu benefício. Para os ativos e passivos não circulantes, quando aplicáveis e relevantes, são calculados e registrados. Os cálculos e análises são revisados trimestralmente. **r) Imposto de Renda e Contribuição Social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido da Companhia e suas controladas localizadas no Brasil são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais, diferenças por adoção de práticas contábeis (IFRS) e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **s) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e **(iii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, para as demandas judiciais em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos. **t) Benefícios a empregados:** A Companhia não possui benefícios pós-emprego, tais como, planos de contribuição e/ou benefícios definidos. Cabe destacar que, todos os benefícios e licenças remuneradas de curto prazo, assim como participações nos lucros e gratificações estão de acordo com os requerimentos dos respectivos pronunciamentos contábeis. **u) Reconhecimento da receita de vendas:** As receitas da Companhia e suas controladas derivam essencialmente da venda de produtos, que são reconhecidas quando a obrigação de desempenho é atendida. As receitas reconhecidas tanto no mercado interno como no mercado externo, estão sujeitas a avaliações e julgamentos pela Administração da Companhia e de suas controladas na determinação do seu reconhecimento contábil. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre as vendas. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas pelo valor da contrapartida à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito, deduzidas de devoluções, descontos, abatimentos e outras deduções, se aplicável, sendo reconhecida à medida que a Companhia e suas controladas satisfaçam sua obrigação de desempenho. A abertura da receita de vendas está demonstrada na Nota Explicativa no 23. **v) Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. **w) Informações por segmento:** O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas. Essas informações são preparadas de maneira consistente com as políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **x) Novas normas, alterações e interpretações:** As emissões/alterações de normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® *Accounting Standards*)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS *Interpretations Committee* (IFRIC® *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) que são efetivas para o exercício iniciado em 2025 não tiveram impactos nas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2026 ou após, e a Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da adoção destas normas: • **Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 - Alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros.** Esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil de desreconhecimento passivos financeiros, classificação de ativos financeiros e divulgações relacionadas. Está alteração na norma é efetiva para exercícios que se iniciam em /ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas demonstrações contábeis da adoção dessas alterações e, até a presente data, não espera efeitos materiais em suas Demonstrações Contábeis; • **Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7:** Contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza. Esclarece aspectos relacionados a aplicação e divulgação de contratos de compra e venda expostos a variação na geração de eletricidade dependente de condições naturais não controláveis e instrumentos financeiros relacionados. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis; • **Emissão da Norma IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis:** A Companhia iniciou, em 2025, o projeto de avaliação e implementação do IFRS 18 , norma que substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes, fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários e trará mudanças relevantes na forma de apresentação do desempenho financeiro e na estrutura das demonstrações financeiras. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações contábeis, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações contábeis. O projeto está sendo conduzido com o suporte de consultoria externa especializada, em conjunto com as áreas internas envolvidas, incluindo Contabilidade, Controladoria, Fiscal, Planejamento Financeiro e Tecnologia da Informação. As atividades em andamento contemplam o diagnóstico inicial dos impactos, o mapeamento das principais mudanças requeridas pela norma, bem como a definição de diretrizes contábeis e operacionais para sua aplicação. A Companhia estabeleceu um cronograma formal de implementação, que inclui as fases de diagnóstico, desenho das soluções, adequações de processos e sistemas, testes e capacitação das equipes, de modo a assegurar a adoção tempestiva e consistente do IFRS 18 a partir de 1º de janeiro de 2027, sua data de vigência obrigatória. Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, a Administração encontra-se avaliando os impactos potenciais da nova norma sobre a apresentação e divulgação das informações financeiras. Os efeitos quantitativos ainda estão em fase de análise e serão divulgados oportunamente, conforme o avanço do projeto e a conclusão das avaliações necessárias; • **Emissão da Norma IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas - Divulgações:** esta nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis; • **Melhorias anuais nas normas IFRS:** efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7, abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9, abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10, abordando a determinação do "de facto agent" e IAS 7, abordando aspectos relacionados ao método de custo. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis; • **Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade - IFRS S1:** Estabelece os requisitos gerais para a divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade abrangendo os princípios para o reporte de riscos e oportunidades que sejam úteis para os usuários na tomada de decisões. Tais requisitos passam a ser obrigatórios para companhias abertas a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando as medidas necessárias para assegurar sua conformidade com as novas exigências; e • **Divulgação de Informações Relacionadas ao Clima - IFRS S2:** Estabelece os requisitos gerais para a divulgação de informações relacionadas ao clima, divulgações específicas sobre riscos físicos, riscos de transição e oportunidades climáticas. Tais requisitos passam a ser obrigatórios para companhias abertas a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando as medidas necessárias para assegurar sua conformidade com as novas exigências. **y) Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o Pis e a Cofins, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto, a qual a Companhia está em conformidade nos procedimentos de emissão de notas fiscais. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025. **z) Demonstrações de valor adicionado:** A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias de capital aberto, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional como parte das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. A DVA tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia e suas controladas, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas encontram-se como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	178	322	988	830
Bancos conta movimento	11.221	7.605	2.056.867	621.596
Disponibilidades em moedas estrangeiras	7.504.068	6.168.214	8.144.705	6.928.086
Total	**7.515.467**	**6.176.141**	**10.202.560**	**7.550.512**
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Certificado Depósito Bancário (CDB)	1.804.700	1.278.264	1.814.066	1.286.242
Debêntures	1.599.693	4.387.837	1.790.106	4.963.204
Fundos de Investimentos	1.005.075	209.719	1.076.013	230.562
Outros ativos financeiros	3.408	19.429	148.654	430.409
Total	**4.412.876**	**5.895.249**	**4.828.839**	**6.910.417**
Total	**11.928.343**	**12.071.390**	**15.031.399**	**14.460.929**

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas foram classificadas conforme suas características e sua intenção, mensuradas pelo valor justo por meio do resultado, que correspondem ao Nível 2 da hierarquia do valor justo e estão demonstradas resumidamente como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nível 2 da Hierarquia do valor justo)	4.412.876	5.895.249	4.828.839	6.910.417
Total	**4.412.876**	**5.895.249**	**4.828.839**	**6.910.417**

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Duplicatas a receber - mercado interno	305.797	240.479	2.043.468	1.340.892
Duplicatas a receber - mercado externo	376.952	745.263	4.093.342	2.907.086
Duplicatas a receber - partes relacionadas	1.742.695	2.067.165	–	–
Total	**2.425.444**	**3.052.907**	**6.136.810**	**4.247.978**
(-) Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(44.301)	(36.622)	(95.099)	(63.819)
Total	**2.381.143**	**3.016.285**	**6.041.711**	**4.184.159**

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	**2.261.179**	**2.808.210**	**5.136.959**	**3.582.876**
Vencidas				
Até 30 dias	63.955	75.048	459.677	349.648
De 31 a 60 dias	6.782	7.347	143.486	36.387
De 61 a 90 dias	12.815	13.823	93.837	36.133
Acima de 91 dias	80.713	148.479	302.851	242.934
Total	**2.425.444**	**3.052.907**	**6.136.810**	**4.247.978**

As perdas esperadas são estimadas com base em análises históricas e situação atual dos clientes. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, bem como suas reversões, são registradas na demonstração do resultado na Rubrica "Despesas com vendas". A movimentação das perdas esperadas com créditos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão assim representadas:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**(25.815)**	**(41.084)**
Créditos provisionados	(21.296)	(27.122)
Créditos recuperados	11.238	9.651
Variação cambial	(749)	(5.264)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(36.622)**	**(63.819)**
Créditos provisionados	(16.784)	(43.168)
Créditos recuperados	7.681	7.681
Variação cambial	1.424	4.207
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**(44.301)**	**(95.099)**

A Companhia tem à sua disposição um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) para alienação de parte de seus recebíveis originados no mercado interno, no montante de R$808.715 (R$ 497.173 em 31 de dezembro de 2024), sem coobrigação ou direito de regresso, sendo o montante de R$ 84.915 (R$ 97.365 em 31 de dezembro de 2024) constituídos por cotas subordinadas. O saldo do referido FIDC em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 520.666 (R$ 483.043 em 31 de dezembro de 2024). O percentual de participação e o número de cotas no FIDC referem-se à garantia e limite do risco sob responsabilidade da Companhia, as quais correspondem à totalidade das cotas subordinadas integralizadas e mantidas pela Companhia junto ao referido FIDC. Conforme Circular CVM nº 01/2017, para fins de apresentação de venda definitiva de recebíveis, o cedente não pode ter qualquer gerenciamento, envolvimento, ou acerto futuro com os títulos vencidos do FIDC, e consequentemente, exposição aos riscos advindos deles. Desta forma, a Companhia está exposta ao risco de *default* limitado as suas cotas subordinadas. Cabe destacar que, a Companhia possui uma política de concessão de crédito bastante rigorosa, o que ocasiona baixos níveis de inadimplência, os quais são verificados pelo baixo valor de créditos provisionados por perdas estimadas, quando comparado com as receitas de vendas realizadas pela Companhia e suas controladas. A Companhia também realiza cessões de créditos sem direito de regresso, quando aplicável, com instituições financeiras, não havendo qualquer responsabilidade após realizadas às cessões de créditos. A Companhia não possui nenhuma garantia para os títulos em atraso.

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Produtos acabados	1.060.700	786.480	4.189.218	3.670.662
Almoxarifados e materiais secundários	47.372	47.666	249.303	440.723
Total	**1.108.072**	**834.146**	**4.438.521**	**4.111.385**

Não há produtos acabados cujo valor de mercado sejam inferiores aos seus custos e a Companhia não possui estoques dados em garantia.

8. Ativos biológicos

A Companhia por meio de suas controladas que possuem atividades pecuárias, referentes a aumento de rebanho decorrente de operações de confinamento de gado ou de gado a pasto estão sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de se determinar o valor justo dos mesmos, baseando-se no conceito de valor a mercado "*Mark to Market* (MtM)", menos as despesas estimadas de vendas, no mínimo durante os encerramentos trimestrais, reconhecendo os efeitos destas valorizações diretamente no resultado, na rubrica de "Custos dos produtos vendidos". A mensuração do valor justo dos ativos biológicos, se enquadram no Nível 1 da hierarquia de mensuração pelo valor justo, de acordo com a hierarquia do CPC 46, por tratar-se de ativos com preços cotados em mercado. As operações relativas aos ativos biológicos da Companhia por meio de suas controladas são representadas por gado bovino de confinamento de curto prazo (intensivo). Na data-base os ativos biológicos estavam localizados exclusivamente nas operações da Companhia no Paraguai e na Argentina. A operação é realizada através da aquisição de ativos biológicos para revenda, cuja valorização a mercado é mensurada de forma confiável, em virtude da existência de mercados ativos para essa avaliação, e encontram-se representados conforme a seguir:

	Rebanho Consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**55.210**
Aumento devido a aquisições	130.953
Diminuição devido a vendas	(173.984)
Ajuste de conversão	(2.248)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	12.498
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**22.429**
Aumento devido a aquisições	130.999
Diminuição devido a vendas	(53.672)
Aumento líquido devido aos nascimentos (mortes)	(103)
Ajuste de conversão	(5.582)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	2.925
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**96.996**

Em 31 de dezembro de 2025 os animais mantidos em confinamento nas controladas do Paraguai e Argentina eram compostos de 16.773 bovinos (Em 31 de dezembro de 2024, 3.301 bovinos). Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía quaisquer tipos de ativos biológicos com titularidade restrita ou dados como garantia de exigibilidades, bem como não existiam quaisquer outros riscos (financeiros, compromissos e climáticos) que impactassem os ativos biológicos da Companhia. A variação de ganhos e perdas do valor justo dos ativos biológicos é reconhecida na Rubrica "Custo dos Produtos Vendidos (CPV)".

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Programa de Integração Social (PIS)	55.862	45.846	86.940	49.907
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	188.786	173.668	277.609	192.315
Reintegra	–	–	43.551	21.469
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	100.418	61.897	115.953	67.077
IRPJ e CSLL	342.664	275.717	460.176	387.113
IVA	–	–	516.093	366.136
Outros tributos a recuperar	11.060	11.358	134.338	111.617
Total	**698.790**	**568.486**	**1.634.660**	**1.195.634**
Circulante	579.639	466.954	1.509.901	1.087.191
Não circulante	119.151	101.532	124.759	108.443

PIS e a COFINS: Os créditos do PIS e da COFINS são provenientes das alterações na legislação tributária, de acordo com as Leis nos 10.637/02 e 10.833/03, que instituíram a não cumulatividade para esses tributos, gerando crédito para empresas exportadoras. Em 30 de maio de 2018, a Receita Federal do Brasil (RFB) emitiu a Lei nº13.670, que permitiu a compensação desses créditos para pagamento de débitos previdenciários, reduzindo assim, significativamente o acúmulo dos créditos. Atualmente, a Companhia e suas controladas finalizaram a fiscalização por parte da Receita Federal do Brasil (RFB) de grande parte dos pedidos de ressarcimento destes créditos, os quais foram devidamente homologados pela Receita Federal do Brasil (RFB), o que vem gerando um valor significativo de restituição destes créditos, a continuar no decorrer dos exercícios de 2026 e 2027. Fundamentado em estudos realizados pela Administração da Companhia, com relação à expectativa de restituição dos referidos créditos tributários, foi procedida a segregação de parte desses créditos de ativo circulante para ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2025, no montante de R$ 81.375 na controladora e no consolidado. As estimativas de realização dos créditos tributários da Companhia e de suas controladas são revistas trimestralmente. Não há risco de não utilização do crédito de Pis e Cofins para os estabelecimentos onde há saldo de créditos, inclusive com a entrada em vigor da reforma tributária **ICMS:** Os créditos de ICMS são originados pelo fato de as exportações da Companhia atingirem valores superiores às vendas no mercado interno, gerando créditos que, depois de homologados pela Secretária da Fazenda Estadual, são utilizados para compra de insumos para produção, podendo também serem vendidos a terceiros, conforme previsto na Legislação vigente. Do mencionado saldo credor, parte substancial encontra-se em processo de fiscalização e homologação pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e a Administração da Companhia tem expectativa de recuperação de parte significativa desses créditos ao longo dos exercícios de 2026 e 2027. Fundamentado nos estudos realizados pela Administração da Companhia, foi segregado de ativo circulante para ativo não circulante, um percentual considerado suficiente para representar processos mais lentos, o que totalizou, em 31 de dezembro de 2025, o montante de R$ 37.776 na controladora e consolidado, dos referidos créditos. As estimativas de realização dos créditos tributários da Companhia e de suas controladas são revistas trimestralmente. Não há risco de não utilização do crédito de ICMS para os estabelecimentos onde há saldo de créditos, inclusive com a entrada em vigor da reforma tributária. **Imposto sobre Valor Agregado (IVA):** Os créditos de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) referem-se a valores recuperáveis decorrentes das operações de venda de produtos e prestação de serviços realizados pelas controladas da Companhia em jurisdições da América do Sul. As controladas da Companhia possuem atividades operacionais sujeitas à incidência do referido tributo nos seguintes países: Argentina, Paraguai, Uruguai, Colômbia e Chile. Conforme a legislação tributária aplicável em cada país, os créditos de IVA são reconhecidos quando há expectativa de realização futura, seja por meio de compensação com débitos do mesmo tributo ou por pedido de restituição, após o respectivo processo de homologação pelas autoridades fiscais competentes. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de IVA a recuperar totalizava R$ 516.093 (R$ 366.136 em 31 de dezembro de 2024).

10. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas, realizadas em condições de mercado encontram-se sumarizadas conforme demonstrado abaixo:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Mútuos a receber		
Minerva Overseas Ltd **(a)**	732.816	824.697
Minerva Luxembourg S.A. **(b)**	2.034.231	2.169.724
Athena S.A. **(c)**	1.210.396	1.362.175
Total	**3.977.443**	**4.356.596**

(a) Empréstimo efetuado à Minerva Overseas Ltda., a ser reembolsado;
(b) Empréstimo efetuado a Minerva Luxembourg S.A., a ser reembolsado; e
(c) Empréstimo efetuado a Athena S.A., a ser reembolsado.

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Mútuos a pagar		
Minerva Overseas II **(a)**	619.492	847.022
Total	**619.492**	**847.022**

(a) Empréstimo efetuado pela Minerva Overseas II à controladora. A Companhia, no entendimento da plena integração das suas operações com suas controladas, realiza transações de repasse de caixa, como parte do plano de negócios do Grupo Minerva, buscando sempre minimizar o custo de suas captações. Os demais saldos e transações com partes relacionadas encontram-se apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a pagar - Fornecedores				
Minerva Dawn Farms Ind. e Com. de Proteínas S.A.	10.913	6.114	–	–
Minerva Comercializadora de Energia Ltda	–	–	–	–
Athena S.A.	39.216	72.912	–	–
Athn Foods Holdings S.A.	2.792	–	–	–
Fortunceres S.A.	247.364	317.784	–	–
Contas a pagar de outras partes Relacionadas	44.995	18.905	44.995	18.905
Total	**345.280**	**415.715**	**44.995**	**18.905**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes				
Minerva Dawn Farms Ind. e Com. de Proteínas S.A.	805	3.414	–	–
Minerva Foods FZE	418.129	–	–	–
Transminerva Ltda.	195	195	–	–
Athena S.A.	440.852	177.160	–	–
Minerva Meats USA Inc.	615.714	1.866.518	–	–
Minerva Colombia SAS	15.811	–	–	–
Fortunceres S.A.	251.132	19.878	–	–
Athn Foods Holdings S.A.	57	–	–	–
Total	**1.742.695**	**2.067.165**	–	–

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a Fornecedores (outros recebíveis)				
Minerva Australia Holdings PTY Ltd.	30	–	–	–
Athena S.A.	214.540	–	–	–
Outras partes Relacionadas	43.589	20.310	43.589	20.310
Total	**258.159**	**20.310**	**43.589**	**20.310**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento de clientes (outras contas A pagar)				
Minerva Meats USA LLC	741	–	–	–
Minerva Foods FZE	20.597	–	–	–
Fortunceres S.A.	78	–	–	–
Athena S.A.	13.790	5.712	–	–
Total	**35.206**	**5.712**	–	–

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de vendas				
Minerva Dawn Farms Ind. e Com. de Proteínas S.A.	69.425	81.431	–	–
Minerva Comercializadora de Energia Ltda.	–	23.900	–	–
Minerva Foods FZE	1.819.652	37.174	–	–
Minerva Meats USA Inc.	1.613.675	2.666.111	–	–
Minerva Colombia SAS	11.509	2.829	–	–
Fortunceres S.A.	302.125	19.064	–	–
Frigorífico Patagonia S. A.	428	–	–	–
Athn Foods Holding S.A.	56	–	–	–
Athena S.A.	547.792	106.232	–	–
Total	**4.364.662**	**2.936.741**	–	–
Compras				
Minerva Dawn Farms Indústria e Comércio de Proteínas S/A	109.105	95.001	–	–
Minerva Comercializadora de Energia Ltda.	39.883	44.986	–	–
Athn Foods Holdings S.A.	14.970	15.077	–	–
Fortunceres S.A.	2.521.854	127.289	–	–
Athena S.A.	384.747	434.945	–	–
Total	**3.070.559**	**717.298**	–	–

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Compras de bovinos				
Aquisição de outras partes relacionadas **(a)**	542.734	306.099	542.734	306.099
Total aquisição de outras partes relacionadas	**542.734**	**306.099**	**542.734**	**306.099**

(a) Saldo a pagar ou compras efetuadas de outras partes relacionadas, refere-se à aquisição de bovinos com empresas ou pessoas físicas acionistas da Companhia. As transações são realizadas com base em condições normais de mercado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não foram registradas quaisquer provisões para perdas esperadas com créditos, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas. **Remuneração da Administração:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia contabilizou despesa com remuneração de seu pessoal-chave (Conselheiro de Administração, Conselho Fiscal e Diretores estatutários da Companhia) no montante de R$ 94.138 (R$ 71.213 em 31 de dezembro de 2024):

	Membros 2025	31/12/2025	31/12/2024
Diretoria Executiva e Conselho de Administração e Fiscal	21	94.138	71.212
Total	**21**	**94.138**	**71.212**

A remuneração global anual para os administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia para o exercício de 2025 foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 30 de abril de 2025, no montante (limite global) de R$108.928. Os membros suplentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são remunerados por cada reunião de Conselho em que comparecem. Em caso de rescisão de contrato de trabalho não existem quaisquer benefícios pós-mandato. O pessoal-chave da Companhia ainda conta com uma remuneração baseada em ações, conforme informações detalhadas na Nota Explicativa nº 20 (j). As despesas com plano de opções de ações são reconhecidas no resultado durante o exercício de direito de aquisição (*vesting period*) até que as opções de ações outorgadas se vertam em benefício para seus detentores. Foram reconhecidas despesas no montante de R$ 24.535 (R$21.955, em 31 de dezembro de 2024), referente aos membros da Diretoria Executiva e Conselho de Administração. Em 13 de junho de 2022, foram outorgadas 2.905.144 de opções de ações aos membros da Administração, das quais 449.994 possuem três anos de exercício de direito de aquisição e 2.455.150 requerem quatro anos. Em 13 de junho de 2023, foram outorgadas 1.644.624 de opções de ações aos membros da Administração, das quais 475.397 possuem três anos de exercício de direito de aquisição e 1.169.227 requerem quatro anos. Em 13 de junho de 2024, foram outorgadas 5.239.628 de opções de ações aos membros da Administração, das quais 873.184 possuem três anos de exercício de direito de aquisição e 4.366.444 requerem quatro anos. Em 13 de janeiro de 2025, foram outorgadas 3.255.160 de opções de ações aos membros da Administração, das quais o direito de aquisição requer quatro anos.

11. Investimentos

11.1 A movimentação dos investimentos da Minerva S.A. em controladas está demonstrada a seguir:

	Participação Percentual	Saldos em 31/12/2024	Amortização Intangível	Ajuste de conversão	Integralização de capital	Equivalência patrimonial	Saldos em 31/12/2025
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), mais e menos valias	–	4.700.946	(106.052)	–	–	5.056	**4.599.950**
Minerva Overseas Ltd	100,00	304.020	–	(33.873)	–	–	**270.147**
Minerva Middle East	100,00	37	–	–	–	–	**37**
Minerva Dawn Farms Indústria e Comércio de Proteínas S.A.	100,00	151.665	–	–	2.320	(9.790)	**144.195**
Minerva Colombia SAS	100,00	36.447	–	1.001	7.385	(8.793)	**36.040**
Patagonia Trading SpA	100,00	12.960	–	(293)	–	(459)	**12.208**
Minerva Meats USA Inc.	100,00	489.442	–	(84.534)	774.834	216.445	**1.396.187**
Minerva Comercializadora de Energia Ltda.	100,00	67.551	–	–	–	(62.304)	**5.247**
Minerva Australia Holdings PTY Ltd. **(*)**	100,00	1.135.997	–	(47.098)	–	70.150	**1.159.049**
Minerva Europe Ltd	100,00	3.648	–	(165)	–	–	**3.483**
Transminerva Ltda.	100,00	37	–	–	–	(21)	**16**
Athena Foods S.A. **(*)**	100,00	3.870.019	–	(478.468)	–	279.293	**3.670.844**
Minerva Venture Capital Fundo de Investimento em Participações Multiestrategicas - Investimento no Exterior	100,00	236.815	–	–	41.260	(581)	**277.494**

…/assinador.vendseg.com.br/app/Documento/Protocolo/CCAF-4DFF-0900 25/03/
…08:08 (BRT/UTC-3) CCAF-4DFF-0900 JORNAL O DIARIO DE BARRETOS LTDA - C
…: 00.186.382/0001-90 JORNAL O DIARIO DE BARRETOS LTDA